

Regimento interno pode ser votado ainda hoje



Virgildásio não aceitará lideranças

As três primeiras semanas de funcionamento da Constituinte se assemelham a um "teatro de sombras", porque o "fato real e verdadeiro se realiza fora da caverna". Essa imagem foi utilizada ontem pelo deputado peemedebista Virgildásio Sena — um dos parlamentares que lideram o movimento pela soberania da Constituinte — para anunciar sua rejeição a qualquer liderança partidária ou não que pretenda orientar o voto dos componentes da Assembléia.

Virgildásio protestou, em particular, contra o fato de o projeto de regimento prever 30% do tempo reservado a debates na Constituinte para os líderes partidários, sem que o papel destes esteja "claramente definido". O parlamentar baiano lamentou, ao mesmo tempo, que a idéia de existência desses líderes na Constituinte conte com o apoio, de um lado, da "esquerda frenética, desavoreada, sem propósito e sem princípio".

Essa situação, segundo Virgildásio, faz com que as decisões até agora processem "nos encontros de conventículos, nos encontros particulares", realizados fora do Congresso, enquanto os líderes partidários procuram "tanger" os constituintes para o endosso "às decisões adotadas fora do Plenário".

Ao final do seu pronunciamento, advertiu o deputado que, em relação aos temas que dizem respeito aos seus compromissos fundamentais de campanha, não acompanhará "nenhum voto de liderança".

Após o discurso em plenário, Virgildásio declarou ao **Jornal de Brasília** que está crescendo muito entre os deputados, inclusive do PMDB, o movimento pela rejeição da tutela que os líderes querem exercer sobre a Constituinte "e que o papel desses líderes é uma das questões fundamentais que devem ser decididas de imediato para se conhecer melhor a extensão da soberania da Assembléia".

Igreja vai debater com constituintes

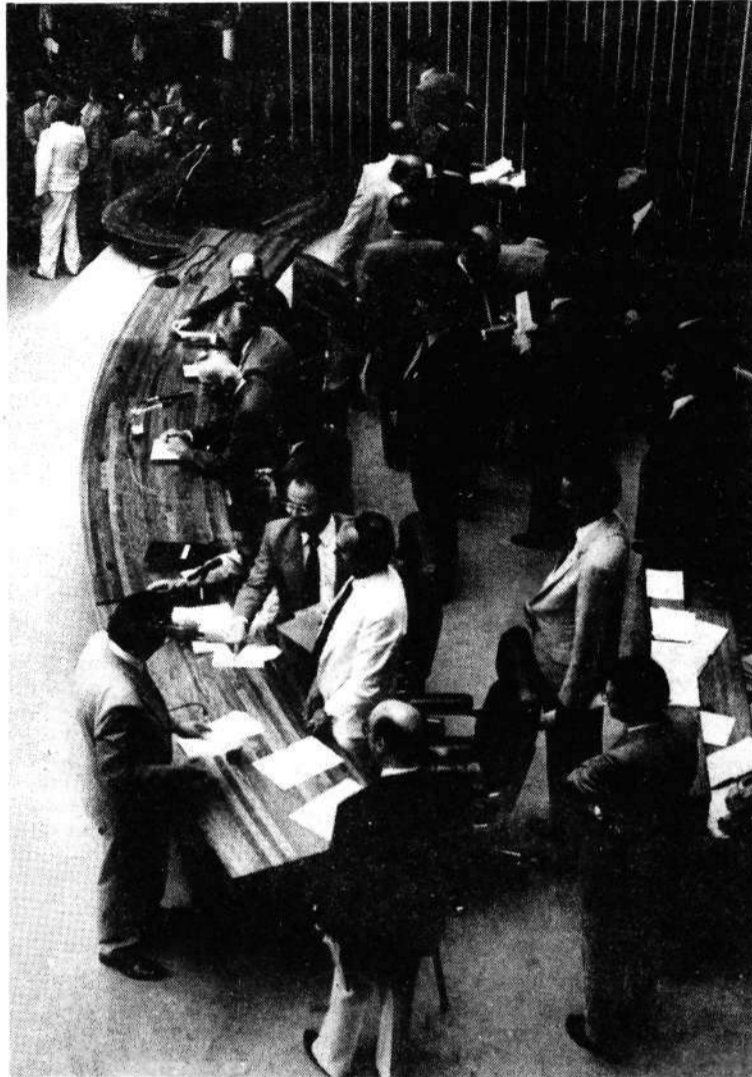
Após quase um ano de decisão dos 370 bispos brasileiros de que a Igreja deveria ter um acompanhamento direto da Constituinte, através da CNBB, haverá hoje o primeiro debate entre representantes do episcopado, deputados e senadores sobre o documento "Por uma Nova Ordem Constitucional".

O objetivo do encontro é o de transmitir aos constituintes a posição da CNBB sobre uma nova ordem constitucional: "A busca de uma sociedade solidária, com distribuição equitativa de riquezas, condição para justiça social, necessária distribuição do poder e condição para a cidadania".

Soberania

O deputado Roberto Freire, Líder do Partido Comunista Brasileiro, disse que o regimento proposto está cheio de medidas autoritárias, mas que pode ser modificado em plenário, apenas com o uso de destaques, sem a necessidade de reabertura de prazo para novas emendas.

Roberto Freire afirmou que a reabertura de prazos apenas serviu aos setores mais reacionários do PDS e PFL, que pretendem fazer propostas de alteração, de maneira a evitar que se aprove no regimento a soberania da Constituinte.



Josemar Gonçalves

Só ontem foram encaminhadas mais de 500 emendas

PMDB decide ouvir Funaro após Carnaval

"Almoço, janto e durmo regimento". O desabafo é do presidente da Câmara deputado Ulysses Guimarães, diante das dificuldades para a aprovação do Regimento Interno da Constituinte. Tudo gira em torno disso no Congresso. Até a reunião do PMDB com o ministro Dilson Funaro, marcada para amanhã, foi adiada para depois do carnaval, em data ainda a ser marcada. Com ela, segundo garantem as lideranças do PMDB, qualquer medida econômica interna, devido ao compromisso de discutí-las previamente com o partido.

Seguidas reuniões no PMDB buscaram, ontem, soluções para as controvérsias em torno da proposta de regimento, que está sendo questionada tanto pela direita quanto pela esquerda, a que torna imprevisível a data de sua aprovação. Por isso, segundo Ulysses, ele tomou a iniciativa de adiar a reunião com Funaro.

As complicações em torno do regimento colocaram em segundo plano a questão econômica, centralizando as preocupações dos constituintes. O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, contudo, garante que o regimento será aprovado esta semana e logo

depois do carnaval. Funaro irá se reunir com a bancada do partido. Até lá, a única medida do governo deverá ser o envio ao Congresso da proposta de eliminação gradual dos diversos subsídios existentes na economia brasileira.

No sábado passado, a bancada do PMDB na Câmara rejeitou a proposta do deputado Roberto Cardoso Alves, um dos líderes da corrente conservadora do partido, de dar aval prévio a todas as decisões econômicas internas do governo. O PMDB não abre mão de discutí-las previamente.

O deputado Ulysses Guimarães negou que já estivesse discutindo com Sarney as futuras medidas econômicas, justificando com sua dedicação integral no debate e negociação do Regimento da Constituinte. Mas ele, fez questão de ressaltar a abertura de uma linha especial de crédito por parte do governo italiano como uma demonstração de que a suspensão, pelo Brasil, dos pagamentos dos juros da dívida externa não foi mal-recebida no exterior.

Na sessão da Constituinte, convocada para a discussão exclusiva do regimento, não houve debates sobre a declaração da moratória pelo governo brasileiro.

Brossard acha justo parar de pagar juros

Porto Alegre — O ministro da Justiça, Paulo Brossard, afirmou que a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa não foi uma tentativa de instituir o calote, mas um ato de "legítima defesa nacional", exprime o "declarado propósito de recompor a imensa dívida externa em níveis suportáveis e de relativa equanimidade, visando o crescimento interno do país e o seu programa social".

Paulo Brossard exemplificou que o ônus da dívida obrigou o Brasil a pagar 55 bilhões dólares de juros, em cinco anos, quando a dívida ainda não chegara aos 100 bilhões. Para ele, o endividamento externo "se agigantou nos últimos 20 anos. Em 1964 era de pouco mais de três bilhões de dólares, já passou dos 100 bilhões; houve anos em que ele dobrou".

No seu artigo semanal ao jornal **Zero Hora**, denominado "Uma Decisão Corajosa", o ministro da Justiça disse que

era natural "para não dizer inevitável, que o serviço da dívida se fosse tornando asfixiante e insuportável, tanto mais quando baixaram no mercado internacional os preços de nossos principais produtos de exportação".

Paulo Brossard lembrou o "memorável discurso" do presidente Sarney, na Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1985, quando disse que a dívida externa seria paga, mas não com a fome do povo. Revelou que, durante os dois anos que o Brasil tentou a renegociação de sua dívida externa, "armara-se todas as cavalações do mundo financeiro para obstá-las. Esgotados os expedientes normais, e feitas as advertências tempestivas, restou ao Brasil fazer o que fez".

Advertiu, por fim, sobre "a lição dos fatos. O endividamento em excesso compromete a própria independência do devedor".

Em meio a sucessivas negociações, num clima de indefinição e expectativa, a Constituinte deverá começar a votar hoje à noite, em sessão extraordinária, novo substitutivo ao anteprojeto de regimento interno. Entretanto, os pequenos partidos, PDS e parlamentares da Frente Liberal e PMDB vão tentar adiar a votação para depois do carnaval. Nesse período pretendem negociar com o PMDB com relação ao quórum, Comissão de Sistematização, projeto de decisão e soberania.

Ontem foram encaminhadas à Mesa do Congresso Constituinte mais de 500 emendas ao substitutivo apresentado sábado pelo senador Fernando Henrique Cardoso. Em virtude disso, o relator foi obrigado a redigir com o auxílio de outros constituintes, até altas horas da madrugada um novo substitutivo que será entregue às 13 horas ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

O grande número de emendas apresentadas desencantou o senador Fernando Henrique, que reclamou à tarde, do cansaço. Ele afirmou que estava em dúvida se entregaria um novo substitutivo ou apenas daria o parecer às proposições. A noite, contudo, reuniu-se com parlamentares e começou a proceder a algumas modificações no texto original. O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique foi-lhe comunicar, por exemplo, que os coordenadores de bancada peemedebistas decidiram que o quórum para pedidos de destaque e encerramento de sessão deve ser reduzido para 35 constituintes. As lideranças dos pequenos partidos deve ser concedido um minuto no horário de lideranças. Quanto à liderança partidária na Constituinte, ela deverá ser exercida pelos líderes na Câmara e Senado, em regime de rodízio. Os peemedebistas mantiveram-se irredutíveis em negociar modificações nos poderes da Comissão de Sistematização no artigo que trata do funcionamento da Câmara e do Senado e no preâmbulo.

Conflitantes

A Frente Liberal encaminhou 28 emendas, numa clara manobra obstrucionista. Duas delas, pelo menos, são conflitantes: «Uma propõe que o número de eleitores necessários para subscrever uma proposta deve ser reduzido de 30 mil — como quer Fernando Henrique —, para cinco mil. A outra exige a supressão do artigo justificando que «a faculdade de um número de eleitores apresentar propostas desvirtuam a atribuição da Constituinte». Os frentistas querem, na verdade, forçar o PMDB a rejeitar os projetos de decisão, que foram incluídos no texto do substitutivo, no último momento pelo presidente peemedebista, Ulysses Guimarães.

Chiarelli propõe mudar substitutivo

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, afirmou que o seu partido quer o substitutivo do Regimento Interno da Constituinte mais democrático e aperfeiçoado com a participação de todos. Para isso, apresentou 29 emendas ao substitutivo, entre elas, a preservação do funcionamento normal do poder Legislativo — Câmara, Senado e Congresso — sem que isso implique em tirar a prioridade da Constituinte.

Chiarelli disse que o PFL quer que deputados e senadores trabalhem de manhã, de tarde e de noite. «Isto é perfeitamente normal nesta época que o país exige», observou. Lembrou que entre as emendas apresentadas estão a que altera a composição da Mesa da Constituinte, para que seja igual às mesas da Câmara e do Senado. Pela proposta do PFL, a Mesa será formada por um presidente e cinco secretários, havendo ainda a previsão de três vice-presidentes e cinco suplentes de secretários.

O PFL quer, ainda de acordo com Chiarelli, que as decisões sejam tomadas por maioria absoluta em todas as comissões e subcomissões.